

PIBID E FORMAÇÃO CONTINUADA: REFLEXÕES E DESAFIOS DA SUPERVISÃO

ANDRÉA DA SILVEIRA CORDEIRO CUNHA ¹

RESUMO

PIBID E FORMAÇÃO CONTINUADA: REFLEXÕES E DESAFIOS DA SUPERVISÃO
Andréa da Silveira Cordeiro Cunha/UFBA Rosiléia Oliveira de Almeida/UFBA Eixo Temático: Formação inicial e continuada de professores - com ênfase na análise de experiência, programas e políticas Agência financiadora: Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) Resumo Em uma escola situada no subúrbio ferroviário de Salvador/BA, a partir de observações e análises do contexto sociocultural dos/as estudantes realizadas pelos/as bolsistas de Iniciação à Docência do subprojeto de Ciências Naturais. Este que compõe o Programa de Iniciação à Docência da Universidade Federal da Bahia (Pibid/UFBA), como primeira autora deste trabalho pude desenvolver percepções acerca dos impactos da presença dos/as bolsistas em meu próprio processo formativo e do desafio em trabalhar com um grupo composto por um número maior de bolsistas, nas atividades de supervisão. O subprojeto Ciências Naturais do Pibid/UFBA promove atividades como: reuniões semanais com leitura de textos que embasam e provocam reflexões sobre as atividades pedagógicas propostas e trocas de experiências no que concerne a abordagens didáticas e seus pressupostos teóricos, dentre outros aspectos; orientação e contribuição para o processo de formação dos/as licenciandos/as no acompanhamento dos/as bolsistas na elaboração dos seus planos de trabalho, assim como nos ajustes e na aplicação das atividades que os compõem; preenchimento das lacunas dos estágios supervisionados, os quais são insuficientes para promover uma prática docente adequada; reflexão sobre cada etapa de trabalho desenvolvido por meio da prática, dos bolsistas de iniciação à docência, em sala de aula e em outros espaços do cotidiano escolar; desenvolvimento da habilidade de escrita e de apresentação de trabalhos em eventos científicos e promoção do reconhecimento da sala de aula como espaço para pesquisa sobre a prática docente. As informações advindas das observações sobre o contexto sociocultural no qual a escola está inserida, bem como das turmas durante o semestre letivo e, em horários diferenciados como: início ou final do turno, antes e depois do intervalo para o lanche, bem como em datas pós feriado, recesso e/ou recebimento do boletim escolar consiste em uma prática obrigatória de extrema importância. Estas informações permitem melhor adequação das estratégias metodológicas e organização do conteúdo programático, favorecendo uma aprendizagem mais significativa, além de uma

compreensão sobre comportamentos e atitudes dos estudantes. O trabalho colaborativo do grupo de licenciandos/as tem trazido bons resultados e é encantador. O planejamento e aplicação de atividades que envolvem a abordagem de questões ambientais, a exemplo da Trilha de Conhecimentos, possibilitaram questionar preconceitos e visões ingênuas, o que revela a vantagem da interação entre a escola e a universidade. Os resultados da identificação dos conhecimentos prévios dos/as estudantes sobre horta, água e solo, reciclagem e compostagem e o seu engajamento nas ações propostas, voltadas para promover um ambiente escolar com espaços mais acolhedores, a exemplo dos espaços da horta e jardins, revelou-se surpreendente e estimulante para os/as pibidianos/as. Ademais, a educação ambiental possibilita a formação de jovens conscientes social e ambientalmente, dispostos a realizar mudanças importantes em favor da sua comunidade. Palavras-chave: Horta, Jardim, Educação Ambiental, Ensino de Ciências. Referências BALBINO, C.; PETRUCCELLI, E.M. Educação e preservação ambiental começa na escola. 15º Congresso Nacional de Pesquisadores. Universidade Federal de São Carlos. São Carlos, São Paulo. 2017 BRASIL. Ministério da Educação, Lei nº. 9.795, de 27 de abril de 1999. Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. Brasília, 1999. Disponível em: . Acesso em: 26 set. 2018. CABRAL, A. Pedagogia do Oprimido. Rev. Lusófona de Educação, Lisboa, n. 5, p. 200-204, 2005. Disponível em< http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1645-72502005000100014&lng=pt&nrm=iso>. Acessos em 07 out. 2018. CARVALHO, A.T.; MUNIZ, V. M.; GOMES, J. F.; SAMICO, I. Programa de alimentação escolar no município de João Pessoa - PB, Brasil: as merendeiras em foco. Interface - Comunic., Saúde, Educ., v. 12, n. 27, p. 823-834, out./dez. 2008. DAYRELL, J. T.A educação do aluno trabalhador: uma abordagem alternativa. Educação em Revista. Belo Horizonte, v. 15, n. 21-29, jun 1992. DIAS, G. F. Educação ambiental - Princípios e prática. São Paulo: Gaia, 2004 FERREIRA, C. M. A. et al. Meio Ambiente e educação ambiental nas escolas públicas. Disponível em: . Acesso em 27 set. 2018. FONSECA, A. A construção do conhecimento matemático de uma turma de alunos do Ensino Médio num espaço sociocultural: uma postura etnomatemática. Dissertação (Mestrado em Educação Matemática) - Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, 2009. Disponível em: < http://www2.rc.unesp.br/eventos/matematica/ebiapem2008/upload/313-1-A-gt7_fonseca_ta.pdf>. Acesso em: 28 set. 2018.

Palavras-chave: .